

ATA N.º 18/2014:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2014:

No dia dezassete de setembro de dois mil e catorze, pelas dezasseis horas e quinze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e António Manuel da Silva Braz.

O **Sr. Presidente** saúda os presentes.

O **Sr. Presidente dá conhecimento que, na sequência do pedido de substituição para esta reunião de Câmara, apresentado pela Sr.ª Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues, convocou o Sr. António Manuel da Silva Braz para a substituir, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (anexo à ata como documento n.º 1).**

O **Sr. Presidente assinala a ausência da Sr.ª Vereadora Adília Maria Prates Candeias por motivo de férias, estando a sua falta devidamente justificada.**

O **Sr. Presidente menciona que o Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro inicia a sua participação nos trabalhos mais tarde, assinalando-se o facto na altura devida.**

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Alteração dos estatutos da AMRS e transição da universalidade da Assembleia Distrital de Setúbal

PONTO 2 – 2.ª Revisão ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017

PONTO 3 – Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e o Município de Silves

PONTO 4 – Protocolo de Colaboração a celebrar com a MVision – Multimédia, Unipessoal Lda., no âmbito da implementação do sistema de áudio guias em Palmela

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informações / Assuntos diversos:

• **Abertura do ano letivo 2014/2015** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que a abertura do ano letivo no Concelho de Palmela, efetuou-se a 15 de setembro, em todos os Agrupamentos de Escolas; e a 12 de setembro, nas Escolas Secundárias de Palmela e Pinhal Novo.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** presta, igualmente, as seguintes informações:

. Relativamente ao transporte escolar, este abrange os alunos matriculados em estabelecimentos de ensino da sua área de residência, desde que a distância casa/escola seja igual ou superior a 2 Km, e não os 4 Km conforme estipulado na legislação em vigor.

Estima-se que o custo da rede dos transportes escolares atinja, este ano letivo, o valor de 1.335.805,00 € (um milhão, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e cinco euros) com uma previsão de receita de 159.000 € (cento e cinquenta e nove mil euros), provenientes da transferência da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), do Ministério da Educação e Ciência (MEC) e do Município de Setúbal. A rede abrangerá cerca de 2.650 alunos integrados em circuitos públicos e municipais (2.295 transportados em circuitos públicos e 320 em circuitos municipais).

. Os apoios, no âmbito da ação social escolar de responsabilidade municipal, referem-se aos auxílios económicos diretos (apoio para livros e material escolar) dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, fornecimento de refeições escolares para crianças da educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico da rede pública. Aos alunos pertencentes aos agregados familiares integrados no 1.º e 2.º escalão do abono de família é aplicado um escalão único (indexado ao valor do escalão A) e beneficiam dos seguintes apoios:

- Pré-escolar – refeição gratuita;

- 1.º Ciclo do Ensino Básico – refeição gratuita e apoio financeiro para livros e material escolar.

. No âmbito do apoio financeiro para livros e material escolar, a Autarquia aprovou a manutenção do valor do apoio a atribuir a cada aluno beneficiário em 45 € (quarenta e cinco euros).

. Em relação ao Programa de Alimentação Escolar (PAE), destinado aos alunos do 1.º ciclo e da educação pré-escolar, importa referir que foi selecionada uma nova empresa para confeção das refeições – a ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A. do Grupo Nordigal.

O número de refeições a fornecer mantém-se em cerca de 3.000 refeições/diárias, quer através de confeção local (Escolas: Alberto Valente, Salgueiro Maia, António Santos Jorge, Zeca Afonso, António Matos Fortuna, Joaquim José de Carvalho e Aires), quer através de refeições 'transportadas' para os restantes estabelecimentos escolares.

Prevê-se que a despesa anual seja aproximadamente de 976.000 € (novecentos e setenta e seis mil euros) e estimam-se, igualmente, receitas num valor de 445.000,00 € (quatrocentos e quarenta e cinco mil euros), sendo que a comparticipação do MEC é de 100.000 € (cem mil euros) e a venda de senhas de refeição é de 345.000 € (trezentos e quarenta e cinco mil euros).

O Município mantém o Regime de Fruta Escolar, através da disponibilização de duas peças de fruta/semana, aos alunos do 1.º ciclo, a iniciar no dia 29 de setembro. Prevê-se uma despesa de 27.000 € (vinte e sete mil euros) totalmente comparticipada pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP).

. Na educação pré-escolar, em todos os jardins de infância (JI) públicos do concelho irão realizar-se atividades de animação e apoio à família, abrangendo cerca de 80% das crianças que frequentam esta valência. Destaca-se que, fruto de um trabalho de articulação entre o Município e os Agrupamentos de Escolas, promoveu-se o alargamento dos horários destinados à dinamização das atividades em três dos quinze jardins de infância. Deste modo, o JI de Olhos de Água, JI de Lagoa do Calvo e JI de Vale da Vila terão horários de funcionamento entre as 7:30 e as 18:30 horas, respondendo às necessidades apresentadas pelas famílias.

As atividades a realizar variam de acordo com a especificidade de cada JI e de acordo com a avaliação final do ano letivo anterior, mantendo-se as atividades proporcionadas no ano letivo anterior (Música, Movimento e Dança, Motricidade, Ioga para crianças ou Expressão Dramática). Estima-se que a despesa global com a dinamização das atividades seja de 346.700€ (trezentos e quarenta e seis mil euros) e a comparticipação dos pais e do MEC totalize, cerca de 274.000 € (duzentos e setenta e quatro mil euros). Para o presente ano letivo, o Município mantém os mesmos valores deste serviço, sendo o valor máximo de 55 € (cinquenta e cinco euros).

. Na abertura de um novo ano escolar, importa sublinhar que algumas Escolas do concelho não foram dotadas pelo MEC dos necessários e imprescindíveis recursos, nomeadamente, pessoal docente e não docente dos ensinos básicos. A não colocação de pessoal docente deve-se, essencialmente, à necessidade de proceder a substituições. Relativamente ao pessoal não docente, particularmente assistentes operacionais, os procedimentos relativos à admissão de "tarefeiras" encontram-se a decorrer e, paralelamente, as colocações através do Centro de Emprego não aconteceram.

. Reiniciou-se a fase final das obras da Escola Secundária de Pinhal Novo, da responsabilidade da empresa Parque Escolar, EPE, prevendo-se a sua conclusão para o próximo mês de maio.

. A Autarquia reivindicou, uma vez mais, junto do MEC, a urgência da construção de pavilhões desportivos na Escola Secundária de Palmela e na Escola Básica José Saramago, em Poceirão, bem como a necessidade de construção de uma nova EB 2/3 em Pinhal Novo.

. Realça o enorme esforço que a Autarquia tem desenvolvido, apesar dos constrangimentos financeiros e processuais, para não diminuir os apoios às famílias e à Comunidade Educativa, e para não diminuir as intervenções que garantem o bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino e a qualidade do serviço que é prestado à Comunidade Escolar, por forma a continuar a trabalhar na defesa da escola pública de qualidade.

Em aditamento às informações prestadas pelo Sr. Vereador Adilo Costa, o **Sr. Presidente** refere que, em termos de intervenções no parque escolar, realizaram-se as seguintes obras de beneficiação:

- Na EB da Palhota, colocação de bancada, lava-loiça e armários no espaço de refeições;
- Na EB de Cabanas, substituição da relva sintética;
- Na EB Alberto Valente, adjudicação da reparação das portas corta-fogo e reparação do relógio de toques que foi danificado no assalto ocorrido anteriormente;
- Na EB Salgueiro Maia e EB Alberto Valente, reparação das cortinas corta-fogo;
- Na EB Salgueiro Maia, EB Alberto Valente, JI de Lagameças e JI de Lagoa do Calvo, adjudicação da substituição dos filtros dos AVAC;
- No JI de Lagoa do Calvo, reparação dos equipamentos elétricos danificados por descarga elétrica da responsabilidade da Eletricidade de Portugal, S.A. (EDP);
- Na EB Palmela 2, início da obra de reconstrução do muro;
- Na EB Joaquim José de Carvalho, adjudicação da correção da impermeabilização da cobertura;
- Reparação em vários sistemas automáticos de deteção de incêndio;
- Reparações realizadas em diversas caldeiras.

• **Semana Europeia da Mobilidade** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** menciona que a Semana Europeia da Mobilidade teve início em ontem, dia 16 de setembro, e prolonga-se, no Concelho de Palmela, até 28 do corrente mês.

Destaca que Palmela foi um dos primeiros municípios portugueses a aderir a essa iniciativa europeia que visa sensibilizar para o impacto das opções da Autarquia na mobilidade, no ambiente, na economia, na saúde e na sociedade. O tema deste ano é: “As nossas ruas, a nossa escolha” – um tema no qual o Município se revê de forma muito particular por refletir uma conceção de espaço público, área que está a ser fruto de investimento. Pretende-se um espaço público vivido pela comunidade, qualificado, acessível e ao qual se chega preferencialmente a pé, de bicicleta e de transporte público. Caso se use o transporte

particular, deve optar-se pelo transporte partilhado. O programa comemorativo está disponível para consulta.

Acrescenta que, em matéria de combustíveis ecológicos, o autocarro do Centro Histórico de Palmela, quatro viaturas de transportes escolares e os carros da Vereação estão a circular com biodiesel desde o dia de ontem. Realça que muitos municípios estão a trocar óleos alimentares usados por bilhetes para o circuito urbano de Pinhal Novo.

Mais refere que:

- Dia 19 de setembro, realiza-se a iniciativa denominada “De bicicleta para o trabalho”. Este ano a iniciativa foi aberta a outros modos de transporte sustentável e dirigida de forma particular aos trabalhadores da Autarquia;
- Dia 20 de setembro, realiza-se uma “Cãominhada Solidária” em Quinta do Anjo;
- Dia 21 de setembro (manhã), destaca-se a abertura da nova ecopista de Pinhal Novo com uma caminhada e o passeio “De Bicicleta na Vila” precedidas de dois *workshops* muito interessantes: alterações ao Código da Estrada, dirigidas aos ciclistas, e conhecimentos de reparação e manutenção da bicicleta;
- Para terminar a programação semanal tem lugar a iniciativa, já considerada ‘um clássico’, o “Pinhal Novo com pedalada”, organizada pela Junta de Freguesia respetiva.

O programa contempla também, ao longo do mês de setembro, com a “Hora do Conto” nas Bibliotecas Municipais dedicada ao tema da mobilidade e, até ao mês de outubro, com o “Cinema às quintas”, no Auditório Municipal de Pinhal Novo.

A Semana Europeia da Mobilidade este ano tem uma novidade de relevo, que é a ligação, através de autocarro, entre Quinta do Anjo/Estação Ferroviária da Penalva/Bairro dos Marinheiros/Bairro Alentejano.

• **Ligação de Quinta do Anjo – estação da REFER – Bairros em transporte – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que se inicia, no dia 22 de setembro próximo, a ligação da Quinta do Anjo à Estação Ferroviária da Penalva e aos Bairros dos Marinheiros e Alentejano, através de um circuito de autocarro dos Transportes Sul do Tejo, S.A. (TST).

Este projeto, pelo qual a Autarquia batalhou convictamente, é desenvolvido em parceria pelo Município e os TST, com o apoio da Fertagus, Travessia do Tejo, Transportes, S.A. (Fertagus).

Trata-se de um projeto que vem dar resposta a uma necessidade e um anseio antigo da população, e foi definido pelo Município, em sede do Conselho Local de Mobilidade, e facilitado pelo investimento de cerca de meio milhão de euros que a Autarquia fez na pavimentação da estrada de ligação da circular Norte da Volkswagen Autoeuropa ao Caminho Municipal 1029. Quinta do Anjo vê, assim, facilitado o acesso à Estação Ferroviária da Penalva, promovendo-se a intermodalidade e a utilização de transporte coletivo.

A circulação interna na freguesia é igualmente melhorada, já que o Bairro dos Marinheiros e o Bairro Alentejano passam a estar ligados à sede de freguesia e à estação ferroviária através de transporte público.

O projeto piloto vigora até ao próximo 31 de dezembro, com nove ligações diárias nos dias úteis, num percurso circular Quinta do Anjo/Penalva/Bairros/Penalva/Quinta do Anjo. Os TST fazem depender a continuação dessa ligação, para além de 31 de dezembro, do seu grau de utilização. Por isso, firmemente convencida da importância do transporte público, a Autarquia com o apoio dos seus parceiros está a investir fortemente na divulgação, esperando que o circuito seja um sucesso.

Termina por informar que a inauguração desse percurso decorre no âmbito do programa da Semana Europeia da Mobilidade, e nos primeiros três dias (22 a 24) é de utilização gratuita, acrescida de 25% de desconto, no comboio da Fertagus.

• **Abertura da ecopista de Pinhal Novo** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a Ecopista de Pinhal Novo foi ser formalmente aberta no dia 21 de setembro. Trata-se de uma ecopista com uma extensão de cerca de 1,5 km assente na antiga plataforma ferroviária do ramal do Montijo, e que pode ser percorrida de bicicleta ou a pé.

A obra, no valor de cerca de 350.000 € (trezentos e cinquenta mil euros), veio valorizar toda aquela zona, através de um arranjo paisagístico bastante naturalizado que faz a transição entre o espaço marcadamente urbano e a zona rural poente.

A ecopista liga a ciclovia de Val' Flores para sul e a ciclovia de Vila Serena para nordeste sendo ainda intenção da Autarquia ligar esta última ao percurso ciclável da Rua Infante D. Henrique, fechando assim oanel ciclável de Pinhal Novo. Essa obra é igualmente importante para a rede de ciclovias municipais e intermunicipais na qual a Autarquia está a investir.

A abertura da ecopista foi agendada para a Semana Europeia da Mobilidade porque trata-se de um exemplo da promoção de liberdade sustentável. Infelizmente, o mau tempo que se tem verificado está a trazer dificuldades à finalização da sinalização, nomeadamente a sinalização horizontal, mas se eventualmente os trabalhos não tiverem terminado no próximo dia 21, sê-lo-ão logo a seguir.

A abertura realiza-se com uma caminhada, cerca das 10:30 horas, com início na rotunda do monumento ao Bombeiro, ou para quem prefere pedalar com partida pelas 11 horas no Mercado Municipal. O encontro de peões e ciclistas dar-se-á na ecopista junto ao Polidesportivo Ary dos Santos, seguindo-se até ao final do percurso.

• **Interrupção do abastecimento de água em Palmela – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** informa que no dia 18 de setembro, entre as 14:00 e as 16:00 horas, irá proceder-se à interrupção do abastecimento de água na vila de Palmela.

A intervenção visa a ligação da nova conduta de água que irá efetuar o abastecimento ao loteamento do Outeiro, permitindo assim eliminar definitivamente a conduta provisória que se situava à superfície desde a Urbanização do Outeiro até à Avenida dos Bombeiros Voluntários.

O **Sr. Presidente** acrescenta que será uma interrupção curta e para uma boa causa. Trata-se de uma obra que teve várias fases, sendo que uma delas foi executada há alguns meses no anterior Mandato. Essa ligação final vai pôr tudo a funcionar e testar a solução encontrada.

• **Dia Mundial do Turismo 2014 / Feira Medieval – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que a 27 de setembro comemora-se o Dia Mundial do Turismo e a autarquia vai assinalar a data com um conjunto de iniciativas que evocam as potencialidades e a diversidade do território, afirmando-o como destino turístico privilegiado.

A história, a gastronomia e o património cultural e natural estarão em destaque no programa, que se prolonga por todo o fim-de-semana. Assim, entre 26 e 28 de setembro, o Castelo de Palmela e o Centro Histórico serão palco de uma Feira Medieval, iniciativa conjunta da Autarquia com a ALIUS VETUS - Associação Cultural História e Património.

Desfiles, bailes, danças populares, jogos tradicionais, falcoaria, demonstrações de armas, torneios a cavalo, mercado medieval e gastronomia são alguns dos principais atrativos. A iniciativa dá início a um programa específico de eventos de recriação histórica, que se pretende desenvolver regularmente.

Mais informa que, ainda no decurso das comemorações no âmbito do Dia Mundial do Turismo, estão programadas as seguintes iniciativas:

- No dia 26 de setembro, entre as 21:30 e as 23:00 horas, a Casa Mãe da Rota de Vinhos acolhe um *show cooking* de Pera e Moscatel de Setúbal, orientado pela produtora Silvina Moreira, responsável pelas compotas de fruta “Doces da Bina”;
- No dia 27 e 28 de setembro será ofertado aos visitantes desse espaço, Moscatel de Setúbal acompanhado de uma fogaça de Palmela e um postal alusivo ao concelho;
- No dia 27 de setembro, a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal (ARVPS) promove a iniciativa “Adegas de Portas Abertas” com visitas guiadas e provas de vinhos na SIVIPA, Sociedade Vinícola de Palmela, S.A. (SIVIPA), em Palmela, e na José Maria da Fonseca, em Azeitão. Esta iniciativa está a decorrer ao longo de todo o mês de setembro, e no próximo sábado, passará também, pela ASL Tomé, Sociedade Vinícola, Lda. (ASL Tomé), Adega Cooperativa de Palmela, C.R.L. e Venâncio da Costa Lima Sucessores, Lda. (VCL).

Ainda, no mote das comemorações, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** dá conhecimento que a Autarquia promove, a 9 de outubro, o Seminário "Turismo de Natureza: Qualificação, Inovação, Desenvolvimento". Esse Seminário, de participação gratuita e a decorrer no Cineteatro S. João, pretende constituir-se como espaço de partilha de informação e de boas práticas, que permitam impulsionar projetos inovadores e competitivos nessa área de grande potencial no concelho de Palmela e na região.

Questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia:

• **Obra na Escola Básica de Palmela 2 (junto aos Loureiros) - A Sra. Vereadora Natividade Coelho** alude que, em relação à obra na Escola dos Loureiros, não existe nenhum placar informativo sobre a duração dos trabalhos, o que para a população pode ser uma informação útil.

• **Execução de rotunda na E.N. 379 (junto à Unicervi) - A Sra. Vereadora Natividade Coelho** pergunta se o processo conducente às obras de construção da rotunda da UNICERVI - Comércio e Representações, Lda. está a correr bem.

• **Acesso ao cemitério de Palmela - A Sra. Vereadora Natividade Coelho** questiona se existe algum estudo ou ideia para os segmentos da estrada entre Palmela/Centro de Saúde/cemitério, pois em tempos falou-se sobre a possibilidade de melhorar a circulação pedestre.

• **Alterações no mapa judicial – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** solicita esclarecimentos sobre se as alterações ao mapa judicial vão ter impactos negativos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, pois ficou com a noção de que eventualmente haveria uma fusão.

• **Planos de segurança - O Sr. Vereador António Braz** interroga sobre quem recai a responsabilidade pelos Planos de Segurança nas Escolas Básicas (EB) 2/3 do concelho, porque não obteve uma clarificação sobre o assunto junto dos corpos de bombeiros que contactou. Quanto às Escolas Básicas 1, não tem qualquer dúvida pois os Planos de Segurança são assegurados pelo Município em protocolo com os corpos de bombeiros, mas em relação às EB2/3 não tem essa informação.

• **Parque de autocaravanas - O Sr. Vereador António Braz** refere que gostaria de saber a posição da Autarquia em relação à Área de Serviço de Marateca para Autocaravanas (ASMA), pois têm-lhe chegado reclamações de prejuízos por parte dos agentes económicos, atendendo ao facto de aquele local se encontrar encerrado na época estival. Esse assunto é tanto mais preocupante em virtude das carências económicas existentes em Águas de Moura.

• **Ocupação de terreno em Aires - O Sr. Vereador Pedro Taleço** salienta que o PS estará solidário com todas as soluções que se prendam com a legalidade da questão dos cidadãos instalados de forma ilegal em Aires e com os aspetos sociais ali inerentes.

Acrescenta que o PS refuta igualmente qualquer tipo de intervenção que tenha como alvo a diferenciação étnica em relação àquele grupo de cidadãos, até porque os eleitos do PS aperceberam-se e confirmaram o que viram veiculado esta semana numa reportagem de proximidade no Jornal do Pinhal Novo.

• **Bolsas de estudo para o ensino superior e secundário - O Sr. Vereador Pedro Taleço** pronuncia-se sobre a possibilidade de implementação de atribuição de bolsas de estudo, por parte da Câmara Municipal de Palmela, para o ensino superior e para o ensino secundário. Alude que essa é uma prática na Câmara Municipal de Seixal, que atribui 1.000 € (mil euros) de bolsa para o ensino superior – e foram atribuídas quinze - e de 500 € (quinhentos euros) para o ensino secundário.

Considera que não se pretende que a autarquia se substitua às responsabilidades que são de um inteiro sistema, mas existem exemplos de excelência, uma vez que os critérios de seleção têm por base o menor rendimento líquido do agregado familiar e com o maior mérito dos alunos, com exceção para candidatos com grau de deficiência superior a 30%.

A implementação das bolsas não é uma questão de investimento. Recorda que ainda numa anterior reunião de Câmara foi aprovado 19.000 € (dezanove mil euros) para a sinalética da Feira Medieval. Trata-se de uma questão de opção e uma questão de sinal.

Refere que o PS é sensível a esse tipo de processos, sendo que aos eleitos do PS não lhes preocupa muito a questão de diferenciar o mérito de uns em relação a outros, pois na prática há um conjunto de vinte e cinco jovens que terão oportunidades que de outra forma provavelmente não teriam. Será sempre melhor o final do que onde se iniciou esse processo.

• **Referência a instituições em reuniões de câmara - O Sr. Vereador Pedro Taleço** alude que seria vantajoso a que, nos períodos de informação em reuniões de Câmara, se referenciasse nominalmente cada instituição envolvida nos projetos e iniciativas. Não se trata

de saber quantas são, mas quem são. No fundo, é dar visibilidade a essas instituições, que muitas vezes fazem um trabalho voluntário, e que podem ver assim o seu empenho reconhecido e valorizado publicamente.

• **Semana da mobilidade - O Sr. Vereador Pedro Taleço** congratula-se com o programa pois, na sua opinião, é o mais completo e coerente que foi apresentado até à data. Contudo, apresenta duas questões que são de continuidade:

- A primeira em relação à utilização do biodiesel em viaturas municipais pois foi informado que, por enquanto, só será utilizado nas viaturas da vereação e no autocarro do centro histórico. Interroga se essa utilização vai ser alargada e se existe quantidade disponível para o fazer ou para continuar a abastecer as viaturas onde já é utilizado;
- A segunda sobre a utilização da bicicleta nas deslocações para o trabalho. Não pretende retirar o mérito à iniciativa mas realça que não existe um local para tomar banho e deixar as bicicletas. Questiona sobre a possibilidade de pelo menos nesse dia os funcionários da Autarquia puderem utilizar os balneários da piscina para tomarem banho. Considera que é difícil retomar funções depois de um esforço nos últimos 4 km para quem se desloca do Pinhal Novo para Palmela.

Desconhece se poder-se-á abrir uma exceção para esse dia, ou até mesmo ser extensível a outros. Considera que em termos iniciais não haverá certamente uma escala tão grande de utilização dos balneários, mas era uma mensagem que se passava para todos aqueles que acreditam e que conseguem vir todos dias de bicicleta para o trabalho.

ENTRADA NA REUNIÃO DE UM VEREADOR:

Nesta altura, cerca das dezassete horas e cinco minutos, a reunião começa a ser participada pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

_ **Obra na Escola Básica de Palmela 2 (junto aos Loureiros)** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que o referido placar informativo vai estar disponível amanhã. Acrescenta que o prazo da obra é de 45 dias e que a conclusão dos trabalhos está prevista para meados de outubro.

_ **Alteração no mapa judicial** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que as alterações que existem não são só em relação ao

Tribunal de Família, mas em relação a tudo, infelizmente. Informa que o Sr. Presidente mandou-o para estar presente na cerimónia da tomada de posse dos Srs. Magistrados do Tribunal Judicial de Setúbal e observou um edifício em obras, atulhado de processos a serem transferidos de um lado para outro e em que ninguém sabia quais seriam as suas competências. Destaca que as execuções estavam a transitar provisoriamente para Alcácer do Sal onde foi instalado um serviço local do Tribunal do Comércio nas instalações de um tribunal, o que obriga a que funcionários judiciais façam 100 km por dia, com custo acrescido de despesas que não são suportadas pelo Ministério da Justiça. Considera que isso é um reflexo do que se passa no país.

Os magistrados, dias depois de tomarem posse, não conseguem tomar contacto com os processos antigos pois o Portal Citius encontra-se «sitiado». Garante que é uma situação que não se esperava, apesar de muita gente bem informada ter alertado a Sra. Ministra da Justiça sobre as questões que se prendem com o Portal. É uma situação muito desagradável e faz votos que, num curto espaço de tempo, possa ser ultrapassado, caso contrário teremos uma Justiça a dois tempos - os processos novos e os antigos.

Quanto ao Tribunal de Família e de Menores de Setúbal tem conhecimento de processos que se encontram parados. Quanto à CPCJ não existe nenhuma alteração conhecida.

_ **Planos de segurança** (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que a elaboração dos Planos de Emergência das Escolas Básicas 2/3, são da responsabilidade do respetivo agrupamento de escolas.

O **Sr. Presidente** explica que todos os Planos de Segurança internos são da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência (MEC). O Município através do Serviço Municipal de Proteção Civil é que se disponibilizou para elaborar os Planos de Segurança internos das escolas do 1.º ciclo e jardins de infância de que é proprietário. Contudo, está a colaborar também com as Escolas do 2.º e 3.º ciclo e com as Escolas Secundárias. Existe trabalho a fazer nos agrupamentos, e pretende-se desafiar a comunidade educativa para ações de formação nessa área para que possam comprometer-se com o desenvolvimento do plano. No entanto, a autarquia não tem capacidade para influenciar, pese embora, nos conselhos gerais das respetivas escolas e agrupamentos tenha chamado o assunto à colação.

Destaca que os planos comprometem e implicam investimentos – carretéis de incêndio, detetores, sistemas a funcionar, portas corta-fogo, entre outros -, investimentos esses da responsabilidade do MEC. Considera que o MEC tem de acompanhar a disponibilidade demonstrada pelo Município em querer fazer parte da solução nessa matéria.

– **Execução de rotunda na E.N. 379 (junto à Unicervi)** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** comunica que a obra está adjudicada. Foi consignada no dia 11 de agosto e o empreiteiro já começou com os trabalhos de picagem, topografia e de preparação do estaleiro. Optou-se por arrancar com a obra que colide de facto com o trânsito a partir do término da Festa das Vindimas e tem conclusão prevista para o final do ano. Espera que o empreiteiro cumpra o prazo contratual, sob pena de ter algumas penalizações.

Não há nada que obste ao arranque da empreitada pese embora o técnico do Plano de Segurança e o fiscal da obra estejam de férias até ao próximo dia vinte e cinco do corrente. No entanto, houve o cuidado de nomear um outro fiscal transitoriamente. Portanto, está tudo a decorrer embora não se veja ainda no terreno as movimentações que hão-de provocar alguma confusão, nomeadamente, às horas de ponta.

– **Estudo de acesso ao cemitério de Palmela** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** refere que o estudo de acesso ao cemitério está em elaboração e que não se optou pela colocação de grelhas para que os transeuntes pudessem andar pela zona da valeta de drenagem pluvial, porque as grelhas acabam por ser roubadas. Por outro lado, a solução que está a ser desenhada é do contínuo do passeio e isso implica que o muro de suporte seja recolocado. Já se procedeu à identificação dos terrenos de domínio público da Urbanização do Outeiro para se poder cortar a encosta e fazer ali o prolongamento até ao início do cemitério. Está também a ser equacionada a possibilidade de se abrir uma porta.

Muito trabalho está envolvido, como os levantamentos topográficos, as medições, o estudo de soluções, a validação de preços, mas aconselha que se esteja atento a futuras informações sobre o desenvolvimento da solução para aquele local.

– **Parque de autocaravanas** (Questão colocada pelo Sr. Vereador António Braz) – O **Sr. Presidente** sublinha que o Município considera que é útil haver espaços dessa natureza no concelho e, sobretudo, quando isso tem que ver com o interesse de captar visitantes para o interior do concelho e não de passagem.

A Área de Serviço de Marateca para Autocaravanas surgiu no âmbito de um processo que lhe parece útil, no entanto, a União das Freguesias de Poceirão e Marateca é a gestora do espaço e desconhece se se desistiu dessa valência.

Contudo, na altura das festas foi aprovado a questão da entrega das águas sujas das autocaravanas, pelo que, ao que tudo indica, essa valência terá continuidade. Mas a Autarquia não interfere nessa gestão e nas opções que a União de Freguesias vier a adotar, mas

encontra-se disponível para ajudar. Considera que é possível coexistir essa valência com outras que estão a ser dadas ao espaço.

_ **Ocupação de terreno em Aires** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** congratula-se com a posição do PS. É de todo o interesse que se consiga, por um lado, conciliar as questões da legalidade urbanística e, por outro, a dimensão social do problema. O Executivo encontra-se a trabalhar semanalmente no processo, e uma solução há-de ser encontrada. Se não for a contendo das partes, espera que a solução deixe todos de consciência tranquila.

_ **Bolsas de estudo** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** destaca que a Autarquia avalia iniciativas dessa natureza sempre com a comunidade educativa. Existem estabelecimentos de ensino que consideram importante o quadro de mérito, mas outros assim não entendem. Contudo, os estabelecimentos de ensino sinalizam situações de jovens que merecem apoio ou que estão com dificuldades para prosseguir os seus estudos.

Recorda que há entidades da comunidade que promovem iniciativas dessa natureza, como por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia de Palmela. A nível de escola, a Secundária de Pinhal Novo, entrega um cheque aos melhores alunos.

A Autarquia assume claramente que, primeiro, não está no seu programa de mandato, mas não exclui a possibilidade de ser adotado esse procedimento. Segundo, é importante que nenhum estudante deixe de prosseguir estudos por situações de debilidade económica das suas famílias.

Destaca que a Autarquia não tem qualquer preconceito relativamente às bolsas, aliás, no passado o Município já teve bolsas desta natureza, mas houve um contexto que obrigou a redefinir objetivos muito concretos para salvar aquilo que era essencial.

Neste momento, o Município encontra-se empenhado nouro tipo de intervenções como, por exemplo, a retoma do projeto Aprender a Nadar que tem uma dimensão social importante no plano educativo. No total são cerca de 700 crianças que vão poder beneficiar da aprendizagem da natação.

Assegura que o assunto irá ser avaliado e que se encontra disponível para partilhar princípios e critérios para futuros regulamentos.

_ **Utilização de Biodiesel em viaturas municipais / Semana da mobilidade** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que os balneários dos Armazéns Gerais estão disponíveis para serem utilizados por todos aqueles que queiram vir de bicicleta. Como exemplo alude ao ex-Vereador Alberto Valente que utilizava

diariamente aqueles balneários porque vinha de bicicleta de Pinhal Novo para Palmela. Relativamente ao biodiesel trata-se de um combustível cujo abastecimento não é possível ser feito de forma automática e como tal tem que ter uma bomba específica, pelo que a continuidade ainda está em causa por razões de logística. No entanto, a intenção é em breve ter um caráter de permanência e continuidade, assim permita também a característica do combustível.

O **Sr. Presidente** acrescenta que a Autarquia fica com uma pequena percentagem do volume de litros de biodiesel em função da recolha de óleos alimentares usados. Isso é sinal que há muitos mais litros de óleo reciclados.

A empresa tem a função de fazer a recolha e vai reforçar o número de oleões no espaço público. Isso significa que as coisas estão a funcionar e que está a aumentar. Contudo, nem todas as viaturas estão preparadas para receber biodiesel. Para além disso é preciso não esquecer que tem que ser sempre misturado com gasóleo, mas é mais barato, resulta do reaproveitamento e tem um fator de economia e de eficiência energética, mas nem todas as viaturas estão preparadas.

Este ano já houve mais um progresso para além de algumas viaturas das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores. Estes projetos resultam de opções que se fizeram de continuidade, mas fica muito satisfeito que este ano, quer pelo volume de biodiesel conseguido, quer pelo trabalho que o Gabinete do Ambiente e a Sra. Vereadora fizeram, que haja mais viaturas até de transportes escolares a funcionar porque no início era apenas o autocarro do centro histórico e o carro do Vereador do pelouro.

Quanto ao local para as bicicletas, como se costuma dizer, o hábito é que define as práticas. Isso decorre de hábitos, de mudanças sociais e económicas e à medida que surge a necessidade encontra-se a solução.

Quanto aos duches, os balneários da piscina também podem estar disponíveis. Se necessidade houver será contratualizado com a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E. M. Unipessoal, Lda.

A entrada ao serviço será excecionalmente naquele dia às 9h45 para quem se desloca de bicicleta. Nos outros dias terá de acontecer às 8h30, como habitualmente.

O Sr. Presidente propõe a admissão para discussão no Período Antes da Ordem do Dia de duas Moções:

. Moção (Pela construção urgente da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Pinhal Novo - Sul) – A ser apresentada pelo Sr. Presidente;

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção para discussão e votação.

. Moção (Pelo reforço urgente do número de médicos de Família no Concelho!) – A
ser apresentada pelo Sr. Presidente.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção para discussão e votação.

O **Sr.ª Presidente** passa à apresentação da primeira Moção:

MOÇÃO (Pela construção urgente da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Pinhal Novo - Sul)

“Considerando que:

A falta de instalações adequadas para a prestação de cuidados de saúde à população da freguesia de Pinhal Novo despoletou, em 2001, um processo de negociações com o Ministério da Saúde para a construção de um equipamento, no lado sul da vila, tendo o Município de Palmela sinalizado, de imediato, um terreno a ceder, adequado ao projeto-tipo então apresentado;

O investimento foi, mais tarde, abandonado pelo Governo, contudo a Câmara Municipal de Palmela nunca deixou de reivindicar e de contribuir para a sua concretização, cuja urgência se veio a confirmar, face ao desenvolvimento da freguesia e ao crescimento da população, que conheceu um dos maiores aumentos da região;

Em 2008, a Câmara Municipal de Palmela celebra com o Ministério da Saúde a escritura de cedência do terreno para a construção da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pinhal Novo-Sul, fixando em dois anos o prazo para a sua edificação;

Entre abril de 2009 e fevereiro de 2010, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) solicita o fornecimento de elementos referentes às infraestruturas do terreno para a elaboração do projeto de construção;

Em julho de 2010, o Município solicita informação sobre a programação do investimento e recorda que a escritura de cedência do terreno previa um prazo de dois anos para iniciar a obra, voltando o mesmo à posse da autarquia, no caso de não se concretizar;

Em janeiro de 2011, um ofício do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde informa que, “ainda em janeiro”, ficaria concluído o projeto de construção de uma Unidade para 15 mil utentes, seguindo-se o lançamento do concurso para a construção do edifício;

A 21 de junho de 2011, novo ofício da ARSLVT dá conta de que existem “desconformidades” e “erros de conceção do caderno de encargos” mas que, apesar da correção de todas as anomalias até 31 de maio, uma vez que houvera, entretanto, eleições, o avanço do processo caberia ao novo Governo;

Em novembro de 2011, o então Agrupamento de Centros de Saúde de Setúbal e Palmela informa a Câmara Municipal que o Departamento de Instalações e Equipamentos da ARSLVT aguarda a conclusão do projeto para lançamento do concurso de execução da empreitada;

No final de 2012, a autarquia é informada que o projeto está concluído, faltando agora a inscrição da verba necessária em PIDDAC 2013 para a concretização da obra;

Em 2013, nenhuma verba foi inscrita em PIDDAC com este propósito, nem fornecida qualquer informação sobre este investimento;

No início deste ano, em audiência solicitada pelo Presidente da Câmara Municipal, o Secretário de Estado Adjunto da Saúde reconhece como prioritária a construção da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pinhal Novo - Sul, face aos dados do Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida sobre as condições dos equipamentos disponíveis e o número de utentes sem médico de família – UCSP da Rua Guerra Junqueiro (9810, dos quais 87,6% sem médico de família), UCSP da Praça do Ultramar (13222 utentes, dos quais 5,8% sem médico de família) e Venda do Alcaide (1943 utentes, dos quais 90,8% sem médico de família);

Em maio, a Câmara Municipal solicita um ponto de situação sobre o andamento do processo e é informada que já existe outro projeto, com menores custos, a avançar até final do ano, estando a ARSLVT a ser a prioridade das construções em função das eventuais disponibilidades financeiras das autarquias para o seu cofinanciamento;

A eventual adoção deste critério, fazendo depender da participação financeira das autarquias a concretização de investimentos que são da exclusiva responsabilidade da Administração Central (e cuja urgência e compromisso, no caso do concelho de Palmela, já fora assumido há 13 anos!) conduziria a profundas e inaceitáveis distorções e desigualdades, agravando ainda mais as já precárias condições de prestação de cuidados de saúde às populações;

Os recursos humanos e materiais, particularmente no domínio da saúde, não podem nunca ser atribuídos em função de critérios de diferenciação e discriminação financeiras entre quem aceita participar nesse esforço e quem não pode ou entende não o fazer por não ser da sua competência, nos termos da legislação em vigor e da Constituição da República Portuguesa.

Face ao exposto, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão pública, a 17 de setembro de 2014, delibera:

Exigir que a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pinhal Novo - Sul seja construída, nos termos do acordo celebrado entre o Município e a ARSLVT, em 2008;

Rejeitar o princípio da necessidade proposta de comparticipação financeira por parte da autarquia na empreitada de construção UCSP de Pinhal Novo - Sul, uma vez que o Município já cedeu o terreno para a sua implantação, e que esta é uma competência e obrigação exclusivas do Governo;

Manifestar a sua indignação e denunciar o facto de o Ministério da Saúde tomar a comparticipação das autarquias como critério para garantir às populações um direito constitucional tão elementar como é o do acesso a cuidados básicos de saúde;

Reafirmar a postura de cooperação institucional do Município, expressa, aliás, na disponibilidade já manifestada para lançar a empreitada, fiscalizar a obra e proceder ao arranjo e manutenção dos espaços exteriores do futuro equipamento.”

O **Sr. Presidente** passa à apresentação da segunda Moção:

MOÇÃO (Pelo reforço urgente do número de médicos de Família no Concelho!)

“A falta de médicos nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) constitui um dos principais problemas da região e do concelho de Palmela, na generalidade das suas extensões de saúde.

Ao abrigo do acordo de cooperação entre a República de Cuba e o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa e Vale do Tejo disponibilizou dois médicos cubanos para o Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida (Palmela, Setúbal e Sesimbra), com o objetivo de reforçar o seu corpo clínico, em particular, na freguesia de Pinhal Novo, que regista o maior número de utentes sem médicos de família.

Na sequência dessa decisão, o diretor do agrupamento terá recebido instruções da ARSLVT para contactar as câmaras municipais – e, até, juntas de freguesia – no sentido de assumirem os encargos com o arrendamento de habitação para a instalação dos referidos médicos nos seus concelhos, com o objetivo de “evitar movimentos de arrendamento especulativos”.

A Câmara Municipal de Palmela, (à semelhança de outras autarquias da área de intervenção do Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida), recusou a proposta por entender que o cumprimento do acordo com o Estado cubano é da exclusiva responsabilidade do Ministério da Saúde, não tendo, em algum momento, as autarquias intervenção na definição dos seus objetivos e termos.

Na sequência desta posição, o Município foi informado que os dois médicos foram retirados ao Agrupamento da Arrábida para reforçar outros agrupamentos da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Assim, considerando que:

- a proposta da Direção do Agrupamento de Centros de Saúde da Arrábida reconhece a necessidade absoluta de suprir a insuficiência de médicos no concelho de Palmela;
- a disponibilização de médicos às populações e territórios não pode estar dependente das disponibilidades financeiras dos municípios, o que conduziria a profundas desigualdades no país

e na relação entre o Governo e as Autarquias Locais, pondo em causa a coesão social e territorial;

- a razão invocada para a comparticipação do município – “para evitar movimentos de arrendamento especulativos” - não se vislumbra, no quadro de crise do mercado de arrendamento na região;

- a colocação de médicos é uma obrigação que cumpre ao Governo assegurar, não tendo as Câmaras Municipais responsabilidades, atribuições ou competências nesta matéria;

A Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão pública, no dia 17 de setembro de 2014, **decide:**

1. repudiar esta tentativa de afetar aos Municípios encargos com uma competência da exclusiva responsabilidade do Governo, numa atitude de inaceitável chantagem e de violação da Constituição da República, no que respeita à garantia do direito à saúde de todos os cidadãos;

2. reclamar a colocação dos profissionais de saúde em falta nas UCSP do concelho de Palmela e a garantia de instalações que permitam aos utentes o direito aos cuidados essenciais de saúde, condição primeira para a sua qualidade de vida.”

O Sr. Presidente coloca a discussão ambas as Moções:

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** sublinha que pediu para que a discussão de ambas as Moções fossem em conjunto porque, tão importante como os detalhes e a natureza diferente, uma tem a ver com a construção de uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e outra com recursos humanos, ambas encerram uma questão muito preocupante que se prende com os tempos muito estranhos que se vivem no país. Para além das alterações de regras existe um desconhecimento das mesmas e de quase ausência de transparência relativamente a critérios que devem ser conhecidos por todos os órgãos.

No entanto, as transferências de competências sempre foram ou legisladas, ou reguladas, ou consensualizadas quando ainda não tinham regulamentação nem legislação. Muitos processos, sobretudo na educação, começaram com projetos piloto que depois seriam, ou não, generalizados para todos os municípios. Também há que reconhecer que nesses processos de transferência de competências nem sempre as coisas correram bem, independentemente dos Governos do PS, ou dos Governos de coligação, ou dos Governos Sociais Democratas, porque houve processos de transferências de competências em vários governos e nem sempre foram a contento dos municípios. Houve muitas discussões, resistências, e aquilo a que se chama de “transferência de incompetências”.

Portanto, não se deve «pintar» que a consensualização, a discussão, é sempre a contento dos municípios porque não é. Relembra que anteriormente havia transparência, sabia-se do que é que se estava a falar, havia grupos de trabalho, e havia interlocutores, designadamente a

Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), e conheciam-se os critérios.

Refere que a presente intervenção é uma intervenção política, e a título de exemplo destaca a Lei-quadro do Pré-Escolar em que demorou muito tempo a ser implementada porque designadamente as câmaras da CDU na área metropolitana de Lisboa desconfiavam imenso de que fosse possível aquela gestão sem trazer prejuízo financeiros para os municípios. É sabido que as resistências que se criam, muitas vezes também é por opção política, e até é admissível independentemente da existência de legislação.

Vai fazer um ano em que as diversas forças políticas apresentaram os seus compromissos eleitorais e há municípios que vão deliberadamente mais além em determinadas áreas que, não sendo da sua competência, decidem apostar em função da sua realidade e das suas aspirações. Referencia municípios que vão nas áreas sociais muito além do que está legislado ou aceite, com incentivos à natalidade ou fixação de populações. Isso é próprio da sua realidade. Mesmo na área da Saúde, sabe-se que existem câmaras municipais que contratam médicos, mas isso deriva da opção política programática e do contrato que têm do seu contexto e do contrato que fizeram com as suas populações.

O que agora se passa é, no mínimo, insólito e contranatura e não querendo ser muito «violenta» sublinha que é de transparência duvidosa para não dizer inexistente, porque na construção da UCSP existe um município que oferece o terreno, compromete-se a fazer os arranjos exteriores, compromete-se a fiscalizar a obra e se calhar até podia comprometer-se a mais qualquer coisa, desde que negociado, e agora conhece um critério depois deste caminho todo que é haver comparticipação por parte dos municípios e esses terem prioridade. De forma arbitrária alteram-se regras, se é que assim podem ser chamadas. Suscita várias questões, nomeadamente: Quando é que foi inventado esse critério? Encontra-se onde? Foi discutido com quem? E a que nível?

A fazer fé no que vem na Moção, é lamentável que se tenha, ao longo dos anos, com culpas também de Governos Socialistas, adiado a construção da Extensão de Pinhal Novo Sul da UCSP, mas pelo menos a Autarquia estava refém da existência ou não de dinheiro, porque havia conhecimento da existência de um *ranking* que determinava a prioridade e agora existe um novo critério, a saber a disponibilidade para participar. Pode dar-se o caso de até serem construídas UCSP em zonas menos críticas do que a do concelho.

Relativamente aos médicos de família do concelho, só pode afirmar que isso é hilariante. É fazer uma gestão entre o Estado Central e municípios baseados em quê? Isso não tem nome e é perfeitamente inqualificável porque não há critério subjacente; não há critério de necessidade. É algo do género: *'Está disponível para entrar, muito bem. Não está disponível, há outros que estão!'* Considera que isso é uma desregulação completa e é muito pouco

«saudável» o que se está a passar, e espera que seja só na Saúde, apesar de suspeitar que assim não seja. Informa que o PS vai votar a favor.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** informa que, relativamente às duas moções que estão em discussão conjunta, apesar de se poder fazer a discussão conjunta, não vai ter a mesma votação nas duas. Realça que ficou sem perceber a intervenção do PS.

Comparativamente, a questão da UCSP do Pinhal Novo é aquela que lhe parece mais importante e mais premente no sentido de que é uma questão estrutural e que merece uma resposta estrutural. Quanto aos médicos cubanos é uma questão transitória e, independentemente da solução, é sempre «atamancar» a falta de médicos de família. Vai levar o seu tempo a colmatar, apesar da integração nos serviços do Estado de todos os médicos que terminaram, nos últimos anos, o seu internato em Portugal. Infelizmente, o governo português ainda não consegue suprir todas as suas necessidades nesta área, ao contrário do que diz o Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos quando refere que há médicos em excesso.

Relativamente à UCSP do Pinhal Novo Sul, a primeira coisa que pensou que a Sra. Vereadora Natividade Coelho fosse sublinhar é que de todas as sete ou oito datas que são alistadas como fundamentais no processo, seis delas são do tempo do Governo do PS. De qualquer forma, trata-se de um problema grave que merece um reparo por parte da autarquia. Considera que o Município deve, pode, tem a obrigação e faz bem em continuar a reclamar a obra e, por isso, vai acompanhar com o seu voto favorável. Apesar de os considerandos serem muito factuais, não há grande matéria de opinião política, são factuais, e contra factos não há argumentos.

Pessoalmente não colocaria as questões como a Sra. Vereadora Natividade Coelho o fez quando refere a *'falta de transparência'*. O que se passa é que existe uma falta de recursos e provavelmente o que o Ministério pretende é lançar esse tipo de empreitadas em conjunto, ou em parceria, desde que os municípios tenham disponibilidade financeira para tal. No entanto, isso não justifica o facto de a obra não continuar a ser prioritária e ter que ser feita.

Concorda com tudo o que é mencionado, pese embora fizesse algumas pequenas alterações que não são de todo significativas, mas desconhece se é exatamente um princípio da necessidade de proposta de comparticipação financeira que se pretende. Considera que isso é um fator. No fundo, seria o empurrão decisivo. Contudo, não é admissível o facto que, desde 2001, o Governo Socialista pouco ou nada tenha feito, assim como não há justificativa para que o atual Governo não faça mais que os outros fizeram, apesar de se reconhecer as dificuldades que o país passa. Portanto, considera que o Executivo deve continuar a reafirmar a necessidade urgente da construção da UCSP de Pinhal Novo Sul.

Quanto aos médicos de família no concelho, confessa que não se sente à vontade para votar essa Moção e por várias razões, nomeadamente:

- Não pondo em causa o que se encontra citado, solicita que lhe seja facultado o ofício rececionado da ACES Arrábida para perceber todo o contexto, pois considera que o que se encontra entre aspas é inexplicável;
- Gostava de ter uma ideia do que é que se passa no resto do país;
- Falta-lhe informação suficiente para tomar uma posição muito firme sobre o assunto.

Estaria tentado a votar contra, mas opta pela abstenção muito pelo desconhecimento que tem da matéria em apreço.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** esclarece que, durante a sua intervenção, fez questão de não enjeitar as responsabilidades do PS na não construção e no atraso da construção da UCSP de Pinhal Novo Sul.

Considera que o adiamento tornou-se insustentável e é por isso que a UCSP de Pinhal Novo Sul tem vindo a subir no *ranking* das necessidades do próprio Ministério da Saúde. Mas mais importante ainda é o facto de ambos os processos serem universalidades – o direito à Saúde.

Por outro lado, as participações dos municípios não estão nem legisladas, nem reguladas, nem contratualizadas, nem discutidas com os órgãos. Quando fala de "*pouca transparência*" é pelo facto de um município que não tenha disponibilidade financeira ser preterido por outro que tem essa disponibilidade.

Na sua opinião o que deveria acontecer é como sucedeu com o Pré-Escolar - '*As regras a que chegamos são x por aluno. Quem é que quer assinar?*' Nesse caso, o ónus fica da parte dos municípios. Isso aconteceu com o Município de Palmela durante sete ou oito anos.

No caso da construção da UCSP de Pinhal Novo Sul, o Município mostrou disponibilidade, deu o terreno e ainda fazia algumas outras coisas e agora, o critério passou a ser outro. Critério que não se encontra escrito em lado nenhum, não está regulado, não está regulamentado e confessa que nem sequer sabia que podia existir.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que tanto ele, como a Sra. Vereadora Adília Candeias e o Sr. Vereador Octávio Machado já tiveram o assunto em mãos e é um processo que tem sido acompanhado não só pela Autarquia como também pelos utentes do Pinhal novo e da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e cujo projeto teve várias vicissitudes.

No início do corrente ano, ocorreu a última reunião com o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Saúde e, felizmente o Sr. Secretário de Estado referiu que era algo prioritário e comprometeu-se a ver a operacionalização com a ARSLVT. Poderá haver divergência em relação ao *timing* em que tudo deve ocorrer, mas o discurso oficial é um discurso de boa-fé.

Na sua opinião, o fator decisivo nunca deveria ser a maior disponibilidade financeira de certos municípios, pois assim aqueles municípios da margem norte que têm um casino como financiador têm melhores hipóteses em detrimento dos restantes.

Quanto aos atrasos que ocorreram, realça o *mea culpa* feito pela Sra. Vereadora Natividade Coelho.

Em relação aos médicos cubanos, na sequência de uma reunião ocorrida na passada sexta-feira com o novo Diretor da ACES Arrábida, Dr. Pedro Lopes, não foi possível esclarecer para onde é que tais médicos foram, mas quase que adivinhava que foram para a margem norte, porque na Península de Setúbal não ficaram.

Quanto a ser uma questão transitória, ou não, nada retira a importância de que não é transitório haver 11.125 (onze mil, cento e vinte e cinco) utentes sem médico de família (números de abril de 2013). Trata-se de uma situação muito grave, pois são pessoas que não têm direito a serviços ou a prestações médicas primárias de saúde.

O **Sr. Presidente** complementa que, no que diz respeito à UCSP de Pinhal Novo Sul, está a ser dado um enfoque na contratualização e no consequente desrespeito pelos compromissos assumidos.

Acrescenta que, na sequência das reuniões realizadas com o Sr. Secretário de Estado, com o Presidente da ARSLVT e também com o atual Diretor da ACES Arrábida, foram abordados os problemas nas restantes Extensões de Saúde do concelho e foi reiterada a disponibilidade da Autarquia para a formalização da cedência de terreno para uma nova Extensão de Saúde na Quinta do Anjo.

Neste particular, recorda que foi a ARSLVT quem solicitou um terreno há uns anos a esta parte e que ele está reservado, sinalizado. Em relação às restantes Extensões de Saúde do concelho, foi feito o diagnóstico e apresentados os problemas. Conhecem-se algumas medidas, embora insuficientes, mas que obviamente não se comparam com a gravidade da situação existente em Pinhal Novo.

Sobre o processo escusa-se de adjetivá-lo, pois se o fizesse teria de utilizar um termo que é feio e é preferível não o dizer. Explica que trata-se não só de um problema de falta de recursos mas também de um problema de falta de ética, de lisura, de seriedade e de vergonha porque foi tudo contratualizado. Já se vai no terceiro projeto-tipo, sendo que o Município até nem se opôs à revisão do último projeto. Existe um compromisso, e os compromissos são para assumir até ao final, pese embora o Município esteja disposto a ir mais além do que o compromisso que foi assinado em 2008, a exemplo do que aconteceu com a construção do quartel para o Destacamento Territorial de Palmela da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Sobre o posicionamento de diversas autarquias é normal que vão muito mais além das suas competências para tentar fixar quadros, como médicos e outros, no seu território. É normal e a Maioria em Exercício não se opõe a que isso possa acontecer. Não pode é ser princípio. É evidente que em Sintra há um Centro de Saúde feito a meio, em Loures há um Centro de Saúde que foi oferecido por um promotor imobiliário, em Lisboa; no âmbito da transferência de

trabalhadores para as Juntas de Freguesia vagaram edifícios que podem ser disponibilizados para o efeito, mas o critério não pode ser esse.

Os compromissos, afinal, não têm que ver com critérios de prioridade, de necessidade das populações. O estilo de trabalho a leilão - *'Quem dá mais?'* -, é digno de desprezo. Crê que há todas as razões, quer numa matéria, quer noutra, para ser tomada uma posição que defenda claramente a dignidade, os interesses e o respeito que os cidadãos do concelho de Palmela devem ter nas respostas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que, apesar dos problemas, continua a ser um serviço de referência na Europa.

Relativamente ao ofício sobre os médicos cubanos, o problema é que nem por escrito quiseram colocar o assunto à Autarquia. Vários presidentes de Câmara, Vereadores e presidentes de Juntas de Freguesia foram pressionados e assediados pelo telefone. Quanto à citação a que se alude, encontra-se nos termos do acordo entre o Estado Português e o Estado Cubano.

As experiências demonstram que há um desempenho profissional, competente e relevante, mas o que a CDU defende é que o Estado Português tem de criar condições para que haja médicos portugueses, no entanto, transitoriamente aceitamos qualquer médico independentemente da sua nacionalidade.

Não se revendo totalmente nas declarações da Ordem dos Médicos, existe um pormenor muito elucidativo quanto à questão. A certa altura em resposta à Ordem dos Médicos, sobre a diferença salarial e as condições que estavam a ser oferecidas, um representante respondeu nos seguintes termos: *"Esse acréscimo até tem que ver com a necessidade de instalação e de alojamento dos médicos em Portugal"*. Então, os custos estão incluídos no acréscimo remuneratório. Existe, na sua opinião, uma enorme contradição, e claramente trata-se de uma chantagem, de «jogar o barro à parede», pois quem dá mais, fica com os médicos.

Considera que essas situações não podem ocorrer e que o assunto vai ser discutido amanhã no Conselho Metropolitano.

Admite a posição da Câmara Municipal de Sintra que está contra este tipo de posicionamento do Ministério e tem um caminho diferente relativamente à sua Extensão de Saúde.

Submetida a votação a Moção – Pela construção urgente da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Pinhal Novo – Sul, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

Submetida a votação a Moção – Pelo reforço urgente do número de médicos de Família no Concelho, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PELA SRA. CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e pela Sra. Chefe da Divisão de Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 03.09.2014 e 16.09.2014.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SR.ª VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 01.09.2014 e 12.09.2014.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 03.09.2014 a 16.09.2014, no valor de 898.881,40 € (oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e um euros e quarenta centimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 06.05.2014, apresenta um saldo de 7.083.591,93 € (sete milhões, oitenta e três mil, quinhentos e noventa e um euros e noventa e três centimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 6.281.423,93 € (seis milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte e três euros e noventa e três cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 802.168,00 € (oitocentos e dois mil, cento e sessenta e oito euros).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Alteração dos estatutos da AMRS e transição da universalidade da Assembleia Distrital de Setúbal.

PROPOSTA N.º GAP 01_18-14:

«Com a aprovação e publicação do novo regime jurídico das assembleias distritais – Lei n.º 36/2014, de 26 de junho – e a sua entrada em vigor no pretérito dia 1 de julho, estas, no prazo de 120 dias, têm a obrigação de deliberar a afetação da universalidade dos seus bens, direitos e obrigações, a uma entidade municipal cujo âmbito territorial coincida, total ou parcialmente com a área do distrito ou a uma associação de municípios de fins específicos composta por municípios do distrito, como é o caso da Associação de Municípios da Região de Setúbal, conforme dispõe aliás, o n.º 1 do artigo 3.º do citado diploma;

Neste contexto, a Assembleia Distrital de Setúbal, em reunião realizada no passado dia 9 de setembro de 2014, deliberou afetar a respetiva universalidade, (que, para o efeito, se reconduz no essencial ao Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, nos termos da comunicação expressa, que se anexa, e que é parte integrante da presente proposta) para a Associação dos Municípios da Região de Setúbal (AMRS);

Entretanto, e porque a assunção e administração do Museu supra referido, excede as atuais atribuições estatutárias da AMRS, será necessário, que a Câmara Municipal de Palmela aprove as adequadas alterações estatutárias e a transferência referida, credenciando a Assembleia Intermunicipal a fazê-lo, após deliberação da respetiva Assembleia Municipal, nos termos e para o efeito do previsto no artigo 8.º, n.º 1, alínea f), dos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS);

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela delibere nos termos conjugados do n.º 1 do art.º 3.º da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho e n.º 1 do art.º 108º e n.º 3 do art.º 109.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

1. Aprovar a proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal;
2. Aceitar a transferência da universalidade da Assembleia Distrital de Setúbal, para a Associação de Municípios da Região de Setúbal.»

Sobre a proposta de Alteração dos estatutos da AMRS e transição da universalidade da Assembleia Distrital de Setúbal numerada GAP 01_18-14 intervêm:

O **Sr. Presidente** alude à nova legislação que extingue as Assembleias Distritais e obriga-as a ser integradas num outro organismo, a AMRS. Com exceção do Município de Sines, os restantes municípios associados entenderam que terá de ser este o caminho. Com essa alteração estatutária a comparticipação da Autarquia vai passar de 1,5% do cômputo geral daquilo que recebe do Fundo de Equilíbrio Financeiro do Fundo Social Municipal e da participação no IRS, para 1,57%.

Nos termos dos estatutos o que vai ser transferido para a AMRS e para a Assembleia Distrital de Setúbal (ADS) é superior àquilo que vai ser transferido futuramente. Resulta uma poupança anual de cerca de 5.000 € (cinco mil euros). Pese embora esse facto, houve a preocupação, e espera que no futuro com a gestão do Museu centralizada pela própria direção da AMRS, possa ser criado um conjunto de mais-valias, de sinergias, de poupança de recursos sendo que o número de colaboradores do Museu é imenso, é muito específico e muito especializado.

Informa que a acompanhar a proposta deveria constar um relatório com cerca de três mil páginas. Não obstante o esforço feito pelos informáticos do Museu da AMRS e da Autarquia para disponibilizar o documento na sexta-feira, o mesmo foi rececionado no corrente dia por correio. Contudo, tal relatório é só para quem quiser de facto deleitar-se, porque é muita informação. No fundo, elucida sobre o trabalho que o Museu faz e que, na sua opinião, até merece uma outra divulgação pois tem, em termos patrimoniais e culturais, uma importância acrescida para o distrito.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** começa por saudar o atual Governo pela publicação dessa Lei. No entanto, subsistem-lhe algumas questões que se prendem com a ADS pois, no âmbito da sua intervenção existem as dívidas da Associação de Municípios do Litoral Alentejano e desconhece como serão negociadas, se é que o serão.

O **Sr. Presidente** informa que a alteração dos estatutos implica também uma proposta. Esses municípios só irão pagar à AMRS, mas vão começar a pagar muito mais, porque acresce a percentagem que tinham de passar para o Museu.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** informa que o PS não pode votar contra a presente proposta, mas também não pode votar a favor. Explica que o PS sempre apresentou, e continua a apresentar, algumas dúvidas e desconfianças sediadas em experiências adquiridas e em faltas de informação relativamente à capacidade de gestão de algumas áreas da AMRS.

A transição de património e de pessoal suscita as mais sérias dúvidas pelo que o voto favorável do PS seria um voto de confiança com pouca sustentabilidade, pois não reconhece à AMRS a capacidade de gestão.

Para além disso, o PS considera que existem duas alterações aos estatutos da AMRS que não têm a ver com essa transição da universalidade, nomeadamente, a referência a "*precedendo aprovação da unanimidade dos municípios associados*" constantes das alíneas k) e r) do artigo 8.º, que desaparece.

Recorda que ainda nem há um ano que os estatutos foram alterados e questiona se a alteração mencionada é consequência da transição.

O **Sr. Presidente** refere que não sabe responder à questão apresentada, acrescentando que não se trata só de uma opção política mas também do cumprimento da Lei, pois caso contrário os órgãos não funcionam porque havendo a abstenção do Município de Sines podia levar à transferência da universalidade.

Em relação à intervenção da Sra. Vereadora Natividade Coelho, o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a própria AMRS explica no ponto 8 do anexo o motivo dessas alterações. No fundo passa a ser $\frac{2}{3}$ para que o processo não ficasse emperrado.

Alude ao elogio da Sra. Vereadora Natividade Coelho sobre a referida Lei, mas considera que não é motivo para tanto, pese embora a Lei tenha o bom princípio de resolver um órgão anacrónico que quase não existia no distrito mas que tinha responsabilidades acrescidas que não eram controladas ou que escapavam muito ao controlo democrático.

Não vota favoravelmente porque considera que falta a AMRS dizer mais qualquer coisa. Uma das coisas que verificou é que alguns municípios devem em conjunto o montante de 507.000 € (quinhentos e sete mil euros) à ADS e era importante que isso fosse refletido na proposta. Por outro lado, é inexistente uma análise crítica que considera que a AMRS devia fazer relativamente ao estado do Museu.

Relativamente à dimensão do Museu e a julgar pelo que consta da proposta, considera excessivo o número de pessoas que lá colaboram, ou pelo menos esse número não é justificado cabalmente, pelo que era importante que a AMRS fizesse uma visão crítica para explicar qual o projeto que tem para o futuro. Pelas razões expostas vai abster-se.

O **Sr. Presidente** alega que há um paradoxo e uma incoerência da parte do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, porque o Governo fez uma Lei que recebeu o apoio do PPD/PSD, do CDS-PP e do PS e que obriga a que seja este o caminho e agora coloca dúvidas relativamente a esse mesmo

caminho. Para conhecer as medidas que a AMRS vai preconizar para a gestão desta nova componente e realidade, basta avaliar o Plano de Atividades do próximo ano. Destaca que a Oposição, e o PS em particular, têm um enorme preconceito relativamente à AMRS e que o que está em causa é a votação de um processo que decorre numa Lei com a qual a Maioria em Exercício até nem concorda, pois considera que devia haver outras contrapartidas nessa transmissão.

Para além disso, enquanto não houver regionalização, poderia haver também uma outra realidade para as Assembleias Distritais e seria bom olhar-se para outros distritos, porque uns têm dificuldades e outros não.

Relativamente à preocupação com o pessoal, explica que não é isso que está a ser avaliado. O que importa são duas questões muito concretas. Primeiro, a universalidade, e, segundo, se existe acordo ou há alternativa.

Sublinha que não está a fazer nenhuma defesa de «peito aberto» de todo o trabalho do Museu, porque até tem sido crítico, mas espera ver agora os poderes reforçados enquanto município associado por forma a implementar um modelo de funcionamento e de melhor gestão.

Alude que até defendeu que um ou dois municípios pudessem ficar com o Museu, e não foi compreendido pelos seus pares relativamente a esta matéria. Depois está em causa também a comparticipação e alteração dos estatutos, do modelo de gestão e é completamente impossível discuti-lo neste momento.

Até ao final do ano, a AMRS vai ter muito trabalho para programar o próximo ano do Museu e, nessa altura, quando for aprovado o plano da AMRS certamente virá à discussão essa programação e para que serve a comparticipação.

Estranha que, presentemente, não possa haver unanimidade e não está preocupado com a questão da maioria, porque naturalmente a proposta vai passar e não põe em causa o processo, mas fica dececionado com alguns dos argumentos utilizados para não se validar a proposta.

Aproveita para tranquilizar a Oposição sobre a dívida, pois o artigo 9.º apresenta uma disposição transitória em que municípios que se encontram em incumprimento do dever de cumprir para os encargos das assembleias, incluindo os referentes a trabalhadores previstos nos termos da legislação aduzida, devem regularizar os respetivos pagamentos em atraso. A Lei dirá como é que isso vai ser feito.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Natividade Coelho, Pedro Taleço, António Braz e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – 2.ª Revisão ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017.

PROPOSTA N.º DADO 01_18-14.

«A 2.ª Revisão ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017 tem dois objetivos principais:

- Incluir uma nova ação e efetuar a reprogramação de outra, de modo a permitir submeter ao PORLisboa duas candidaturas em regime de aprovação condicionada (overbooking): Espaço Cidadão e Iluminação Cenográfica do Castelo de Palmela;
- Remover dos documentos previsionais a verba correspondente ao empréstimo de curto prazo contratado no início do ano, em virtude de as disponibilidades de tesouraria previstas serem consideradas suficientes para acomodar todos os compromissos financeiros contratados e a contratar até ao fim do ano.

Foram igualmente efetuados outros ajustamentos pontuais nos documentos previsionais, dos quais se destaca:

1. Reforço da dotação da rubrica Encargos de Cobrança de Receitas, referentes à cobrança pela Autoridade Tributária dos impostos municipais cuja execução, em particular do IMT, é superior ao previsto no orçamento municipal;
2. Reforço da dotação da rubrica Outros Juros-Outros, destinada ao pagamento de juros de mora, cujo montante inicial se revelou insuficiente face às necessidades;
3. Reforço da dotação da rubrica Acidentes em Serviço e doenças Profissionais, para pagamento à CGA de pensões vitalícias e dos capitais de remissão de acidentes em serviço;
4. Reforço da dotação da ação Museu Municipal-Serviço Educativo, para pagamento de visitas guiadas realizadas por alunos das escolas do concelho, a diversos espaços museológicos e/ou com interesse educativo, geridos por outras entidades. Parte da verba destina-se ao pagamento de compromissos de anos anteriores.

O total do Orçamento após a 2.ª Revisão é de 42.087.140,16 € (quarenta e dois milhões, oitenta e sete mil, cento e quarenta euros e dezasseis cêntimos) que representa um decréscimo de 4,54% relativamente ao Orçamento atual. Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54 –A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se**, para posterior submissão a deliberação da Assembleia

Municipal, a aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento de 2014 e Grandes Opções do Plano 2014/2017.»

Sobre a proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017 numerada DADO 01_18-14 intervêm:

O Sr. Presidente refere que relativamente ao empréstimo de curto prazo que foi aprovado no início do ano para eventuais necessidades de tesouraria, comprova-se que não será utilizado, pelo que não haverá quaisquer encargos financeiros.

Para além disso, tiveram que ser efetuados outros ajustamentos pontuais, nomeadamente:

- Um relacionado com encargos de cobrança de receitas referentes à cobrança pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) nos impostos municipais cuja execução, em particular do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) é superior ao previsto no Orçamento Municipal.
- No início do ano foi mal estimado os juros referentes ao contrato celebrado com o Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL). Veio a confirmar-se que trata-se de um contrato leonino com juros financeiros e juros de mora, em simultâneo, com contas difíceis de se fazer, pelo que é necessário reforçar essa rubrica.
- Há anulações no pessoal que tem que ver com saídas e com mobilidade e como tal existe a necessidade de reforçar.
- Há a reprogramação do Espaço Cidadão porque se a candidatura for aprovada há que ter tudo fechado nessa altura até final de junho.
- Houve a questão da iluminação cenográfica pois houve custos com o projeto e havendo agora a oportunidade de uma candidatura, se ela for aprovada, há que ter disponibilidade financeira.
- Há também um reforço de encargos com leitura e faturação de água. Questões que se prendem com a empresa que faz a faturação e a comunicação de leituras automática em função da percentagem dos serviços. Considera positivo o acréscimo de trabalho pois é sinal que mais vai ser faturado, apesar das pessoas estarem a ser mais comedidas nos consumos.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** apresenta um protesto público, não quanto ao conteúdo da proposta, mas pelos atrasos que se têm verificado na distribuição das propostas à Oposição.

Sublinha que cada Vereadora e Vereador da Oposição têm a sua profissão e necessitam de organizar o tempo de acordo com um conjunto de «rituais». Sexta-feira o *email* recebido dizia:

"Oportunamente serão distribuídas as duas primeiras propostas." Ora, *"oportunamente"* é um advérbio que não diz grande coisa.

Teve o cuidado de telefonar ao Chefe de Gabinete do Sr. Presidente e conseguiu conversar com ele no sábado. Manifestou a sua preocupação quanto ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos (*"2.ª Revisão ao Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017"*), porque tanto poderia ser uma coisa muito extensa, como algo mais pequeno e de fácil compreensão.

Foi-lhe garantido que, até ao final da manhã de segunda-feira, chegariam as propostas, mas esta em concreto, que era a que mais lhe preocupava, chegou às 13h36 da véspera. Considera que, na segunda-feira durante o dia, a Oposição deveria ter tido uma satisfação. O atraso verificado levou o PS a ponderar não analisar o seu conteúdo, mas decidiu não agir assim.

Relativamente ao conteúdo e para garantir a coerência que já foi hoje aduzida, o PS desde a primeira alteração e da revisão tem votado a favor porque considera que as propostas estão suficientemente explícitas e são justificáveis.

Relativamente à presente proposta, concorda plenamente com a inclusão da nova ação, a reprogramação do Espaço Cidadão, que era uma inevitabilidade dada a tal parede que foi encontrada, e saúda a iluminação cenográfica do Castelo de Palmela. Quanto às outras questões considera que foram devidamente explicadas pelo que merecerá o voto favorável do PS.

Aproveita para colocar uma questão, porque na manhã do corrente dia foi distribuído um novo anexo e constatou que desapareceu das Grandes Opções do Plano (GOP) a impermeabilização dos terraços da praça de armas e não consegue perceber se o documento que foi rececionado é o definitivo, pois inicialmente estava previsto, no orçamento inicial, uma verba de 63.000 € (sessenta e três mil euros) e no documento que foi distribuído na terça-feira constava para 2015, 300.000 € (trezentos mil euros). Pelo exposto solicita esclarecimentos sobre se efetivamente tal verba foi retirada e o que é que se pensa fazer.

Aproveita para saudar o facto de a Autarquia não necessitar de utilizar os 2.000.000 € (dois milhões de euros) do empréstimo de curto prazo e que as disponibilidades de tesouraria estejam acima das expetativas. O PS também se regozija por alguns impostos estarem a ter o comportamento mencionado, conforme as expetativas do próprio PS aquando da discussão do Orçamento. Esse regozijo significa que a Autarquia tem condições para «viver» com um orçamento de 42.000.000 € (quarenta e dois milhões de euros), ao invés de um de 44.000.000 € (quarenta e quatro milhões de euros), o que é positivo.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** argumenta que não vai fazer grandes considerações sobre o documento pela simples razão que não teve oportunidade de o analisar em detalhe, precisamente porque o prazo com que ele lhe foi remetido não permite que o possa fazer adequadamente, tanto mais que é uma Bancada só com um Vereador o que torna as coisas

muito mais complicadas. Para além disso, a distribuição dos documentos não cumpre o que está previsto no Regimento em vigor.

Acrescenta que não pretende tirar grandes relações políticas do sucedido, informando que chegou atrasado porque teve a ouvir um deputado do PCP que, por uma questão destas, pôs quase os valores de «Abril» em causa. Considera que a Maioria em Exercício prega muito, mas às vezes pratica pouco, e, na sua opinião, a Oposição merecia, quanto mais não seja no início da intervenção do Sr. Presidente, um alerta sobre essa situação.

Como não se considera habilitado para analisar com minúcia o documento, vai abster-se. A única questão que verifica, porque foi chamada logo à colação na primeira intervenção, é a questão dos encargos de cobrança de Receita e que, de facto, tarde mas a Maioria em Exercício começa a chegar à conclusão daquilo que a Oposição, aquando da discussão do Orçamento e também da fixação das taxas dos impostos municipais, falou.

Uma revisão orçamental é sempre uma revisão orçamental. É um documento fundamental da atividade do Município e não lhe parece ser de bom-tom que a Autarquia envie os documentos na véspera e no próprio dia da reunião de Câmara faça alterações e nem sequer há uma palavra sobre o sucedido. Às vezes uma leitura atenta por todos os membros da Autarquia ajuda porque, por vezes, descobrem-se erros que a própria Maioria em Exercício não tinha detetado.

O **Sr. Presidente** alude que o estilo de trabalho adotado na Autarquia, e que a Maioria em Exercício tem tido, quer no presente mandato, quer nos anteriores, é de total transparência e facilitação do fornecimento de informação à Oposição. Em alguns casos vai muito para além daquilo a que está obrigado, mas não vai alterar essa postura.

Penitencia-se pelo facto de na introdução da proposta ter-se esquecido de referir esse facto, e pede desculpa pelo atraso, mas houve razões objetivas para o sucedido. Possivelmente também ocorreu uma falha de comunicação, porque é costume apresentar uma explicação.

Na presente revisão houve hesitação sobre se valia a pena trazer esta retirada dos 2.000.000 € (dois milhões de euros). Sempre se pode fazer mais tarde porque pode-se fazer outra revisão a fechar o ano, e se tudo for revisto em baixa a execução certamente que será de 99,9%.

Considera que o que sucedeu é precisamente uma atitude de transparência e optou-se por fazê-lo desde já. Por outro lado, há constrangimentos na preparação dos próprios processos porque a Autarquia tem candidaturas para fazer até dia 30 de setembro. Por exemplo, hoje de manhã teve uma reunião com o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) onde se trataram das questões de *overbooking* e quase que esteve para propor uma outra alteração.

Explica que houve razões de interesse maior para o Município que justificaram alguma dilação no tratamento da proposta. Há outras questões que são de falha dos serviços e que

naturalmente ao serem conferidos com outros olhos pelos dirigentes e pelos próprios eleitos procura-se corrigir à própria da hora, assim como a Oposição corrige a posição política na véspera ou no dia da votação.

Efetivamente, no presente caso deverá ter havido uma falha, a que não são alheios outras circunstâncias difíceis nestes últimos dias. O importante é que trabalha-se intensa e empenhadamente para concretizar com êxito, e sempre no interesse maior do Município, que explicam a falha ocorrida. Como já se deu provas, este não é o estilo de trabalho da Maioria em Exercício, mas é um caso que não pode servir de exemplo, nem de aproveitamento para fazer algum caso político.

Afiança que passar-se-á a ter a atenção devida a situações futuras que venham a ocorrer e que, se for caso disso, a proposta será retirada a exemplo do que já tem acontecido por entender-se que não há condições. No caso em apreço, resultante da necessidade e também da ambição, porque a fasquia foi colocada muito alta, tentou-se aprontar e escarpelizar se as candidaturas eram possíveis de ser apresentadas nesses termos. Por necessidade de programar e de conferir demorou-se mais tempo do que o normal. De facto falhou a comunicação e penitencia-se por isso.

Relativamente à Sra. Vereadora Natividade Coelho esclarece que só não lhe telefonou pessoalmente porque foi informado que a Sra. Vereadora tinha tomado a iniciativa de o fazer mas, ao que parece, a explicação apresentada não terá sido a suficiente. Assim, compromete-se que a acontecer uma situação idêntica terá o cuidado de fazê-lo pessoalmente.

Por último, assegura que são situações que procurar-se-á que não voltem a acontecer, mas o interesse maior foi não deixar fugir a oportunidade do *overbooking* para se poder, com a presente revisão, ir ainda a tempo de fazer as candidaturas até dia 30 de setembro.

Relativamente à arrecadação da receita, refere que a Oposição está a partir da ilação que mais jeito lhe dá politicamente. Contudo, está claramente atestado que esta necessidade de reforço advém essencialmente do IMT, um imposto necessário e vital para a sobrevivência das autarquias mas que a Maioria do Governo pretende acabar com ele, pois em 2016 começa por desaparecer 25% e em 2018 as autarquias serão mais uma vez espoliadas de uma receita imprescindível para o seu funcionamento. Espera que haja a oportunidade de alterar a legislação que foi aprovada, sobretudo com a posição híbrida do PS sobre a matéria.

Por outro lado, ao contrário daquilo que é afirmado, a política de impostos que foi definida pela Maioria em Exercício está a confirmar-se como correta, porque não se pode ter o melhor de dois mundos. Por um lado, aplaude-se a redução da dívida, o esforço para se fazer pagamentos e que os mesmos não estejam em atraso, e o esforço da redução de encargos de funcionamento. Mas para que tal aconteça é necessário equilibrar as contas. O caminho que está a ser percorrido é coerente e quando se discutir o Orçamento e os impostos municipais

para o próximo ano o assunto será devidamente discutido, fazendo jus àquilo que foi dito, quer já em exercício, quer enquanto candidatos à Câmara Municipal.

A pedido do Sr. Presidente, o Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional esclarece:

. O número da ação é muito semelhante. O que a Câmara pretendia fazer, e que acabou por fazer, foi introduzir uma nova ação - a iluminação cenográfica do Castelo. Por um erro de simpatia, quando se introduziu no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), introduziu-se uma ação que não se pretendia alterar e que não era nova, pois já lá se encontrava. Assim, houve a necessidade de efetuar essa correção e de substituir a folha na íntegra, pois numa revisão só se altera o que lá está para alterar. Assim, não houve alterações nos terraços. A alteração ocorreu por um erro de simpatia. Hoje de manhã ao confirmar-se os documentos deu-se conta do erro e procedeu-se à devida correção.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DIVISÃO CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO:

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 3 – Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e o Município de Silves.

PROPOSTA N.º DCCT 01_18-14.

«O Município de Palmela tem apostado num projeto de desenvolvimento local que passa pela valorização da economia local, em particular, dos seus produtos endógenos e pela qualificação e diferenciação da oferta turística. Após a distinção como “Cidade Europeia do Vinho”, atribuída a Palmela no ano de 2012, pela rede internacional de municípios RECEVIN, e no quadro das medidas de desenvolvimento turístico promovidas pelo Município, o Turismo Cultural, de Natureza e a Gastronomia e Vinhos, adquiriram maior projeção e constituem-se como os principais produtos turísticos do concelho.

O Município de Silves, segundo maior concelho do Algarve, aposta na trilogia Cultura, Património e Turismo como eixo central e marca distintiva para projetar o desenvolvimento ulterior do concelho. A indústria turística e as potencialidades que a bacia do Rio Arade proporciona, conjuntamente com o valioso património histórico que o concelho de Silves conserva, definem como produtos turísticos a Gastronomia e Vinhos, o Sol e Mar, o Turismo Cultural e o Turismo de Natureza, a par da divulgação dos seus produtos tradicionais.

Considerando que o planeamento e a organização para o desenvolvimento turístico devem, cada vez mais, ser pensados e concretizados numa lógica de parceria e complementaridade,

condições inerentes ao incremento de uma atividade que assume uma relevância estratégica para a economia local, regional e nacional, importa concretizar novas estratégias e diferentes acordos de cooperação.

Neste sentido, a cooperação entre os Municípios de Palmela e de Silves para a promoção de ambos os territórios, afirma-se de incontestável interesse para potenciar a atratividade dos dois destinos turísticos nos mercados nacional e internacional, incrementando o desenvolvimento turístico e económico, associados à criação de riqueza e emprego.

O presente Protocolo de Cooperação consubstancia uma parceria de colaboração, visando favorecer o trabalho sinérgico entre ambos os municípios. Nesse sentido, **propõe-se**, em conformidade com a alínea t) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Protocolo de Cooperação entre os Municípios de Palmela e Silves, cujo texto se anexa e faz parte da presente proposta.»

Sobre a proposta de Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e o Município de Silves numerada DCCT 01_18-14 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** destaca que o PS concorda com esse tipo de protocolos, mas questiona se ao fim de um determinado período de tempo se consegue fazer uma avaliação do protocolo no intuito de perceber as sinergias que são criadas. Para além disso, era importante também saber se isso está integrado no âmbito dos municípios da Rede Europeia de Cidades do Vinho (RECEVIN) e que, em caso negativo, era uma boa oportunidade celebrar protocolos com municípios próximos ou municípios da Península de Setúbal. Como exemplo, refere a possibilidade de celebrar um protocolo com o Município do Montijo no âmbito do Enoturismo, em relação à Adega de Pegões.

Considera importante que esses protocolos existam mas que tenham alguma utilidade e rentabilidade, pois celebrar protocolos sem ter um resultado efetivo não é de qualquer utilidade. Pelo exposto o PS vai votar favoravelmente.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** garante que existem razões para se aplaudir o presente protocolo e nenhuma para ficar com quaisquer dúvidas sobre a importância do mesmo.

O presente protocolo enquadra-se na estratégia de desenvolvimento turístico do Executivo e visa promover a marca Palmela, os produtos e a oferta turística do Concelho de Palmela. A escolha recaiu sobre Silves por tratar-se do segundo maior município de uma região que se assume como o principal destino de férias no país. O protocolo possibilita a Silves a promoção também do seu território, das suas potencialidades e dos seus produtos no concelho, na região e em Lisboa, a principal «porta de entrada» do turismo nacional.

Segundo o conhecimento que tem, o presente protocolo tem um carácter inovador, naquilo que diz respeito às parcerias entre municípios e para o desenvolvimento turístico. As razões evocadas para a celebração desse acordo são as afinidades que existem até do ponto de vista

dos produtos turísticos promovidos – gastronomia, vinhos, turismo cultural e turismo de natureza. Uma razão, que não é de somenos importância, é o facto de o Algarve ser um mercado importante do ponto de vista da promoção do território de Palmela, pois essa região tem registado nos últimos anos, em média, mais de 10 milhões de dormidas de estrangeiros e cerca de 3,5 milhões de dormidas provenientes do mercado nacional. Isso dá uma noção daquilo que pode ser a promoção de Palmela no Algarve.

A promoção de Palmela no Algarve permite:

- O contato direto com um turismo de proximidade e particularmente em época alta que pode dar uma resposta rápida e resultados mais imediatos para a promoção de Palmela junto de turistas;
- O contacto junto de empresas de animação turística e de operadores turísticos do Algarve;
- A concretização dos objetivos em parceria com a própria Câmara Municipal de Silves, num plano de ação que terá objetivos bem concretos e que será devidamente monitorizado.

Relativamente a protocolos com municípios vizinhos, informa que ainda recentemente foi rubricado um protocolo, com a Câmara Municipal de Setúbal e com a Câmara Municipal de Sesimbra, a propósito da iniciativa “Castelos da Arrábida”. Isso enquadra-se na visão que o Executivo tem da importância da cooperação regional e também para a afirmação do desenvolvimento do turismo.

Relativamente à RECEVIN foi aprovado um protocolo com Marsala e com Jerez de la Frontera, as cidades europeias do vinho que sucederam a Palmela.

O Executivo entende que a criação de novas parcerias e novas formas de cooperação envolvendo cada vez mais agentes, no plano local, regional, nacional e internacional, irá ser muito importante para favorecer, cada vez mais, o desenvolvimento turístico.

Termina por referir que os indicadores disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) retratam bem aquilo que tem sido a evolução do Concelho de Palmela em termos turísticos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Protocolo de Colaboração a celebrar com a MVision – Multimédia, Unipessoal Lda., no âmbito da implementação do sistema de áudio guias em Palmela.

PROPOSTA N.º DCCT 02_18-14.

«Os Áudio Guias são um sistema de visita guiada, que permite a exploração de rotas e equipamentos culturais e fomenta a dinamização turística da região onde são implementados.

Os Áudio Guias proporcionam experiências de visita educacionais e inovadoras e são desenvolvidos para situações de comentários pré-gravados em monumentos, centros históricos, museus, parques naturais e outros locais de interesse histórico e turístico. Assume-se como uma solução, que permite criar uma ligação mais forte entre os visitantes e o local a visitar, fornecer informações em vários idiomas e partilhar a nossa história.

As vantagens da implementação deste sistema são várias, de onde se destacam as seguintes:

- Anulação da barreira linguística para os visitantes estrangeiros;
- Atração de novos visitantes e turistas e consequente abertura de novos mercados emissores;
- Proporciona experiências de visitas consistentes e diferenciadoras;
- Ajuda a controlar e quantificar o fluxo de visitantes;
- Aumenta a satisfação do visitante e potencia o seu regresso;
- Proporciona acessibilidade a pessoas com incapacidade visual.

A implementação do sistema de Áudio Guias para Palmela foi apresentada pela empresa MVision – Multimédia, Unipessoal, Lda. e não acarreta quaisquer custos à autarquia, pelo que **se propõe** a assinatura do presente Protocolo de Colaboração com a referida empresa, ao abrigo do disposto no art.º 33º, n.º 1 alínea t) da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Este sistema permite transformar as visitas dos nossos turistas ao Castelo e ao Centro Histórico de Palmela em visitas diferenciadas e em experiências inesquecíveis e contribui para o desenvolvimento turístico da região.»

Sobre a proposta de Protocolo de colaboração a celebrar com a MVision numerada DCCT 02_18-14 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o PS vai votar favoravelmente porque é um défice que havia em relação ao que é a resposta ao turismo e o apoio aos visitantes do concelho e, se a solução passa por uma permuta, por um serviço que é disponibilizado por uma empresa em troca da exploração do local sem despesas aparentes para a Autarquia, tanto melhor.

Em termos de objetivos, e para além daqueles que estão delineados no protocolo e na proposta, poder-se-á acrescentar o objetivo educacional aquando das visitas das escolas com a adaptação do próprio texto, com os devidos ajustes ao crescimento ou à diminuição do fluxo de visitas.

Considera que, apesar da utilização paralela dos telemóveis, do GPS e de todas as aplicações que existem, neste momento os áudio guias continuam a ser uma solução complementar, extremamente válida.

A empresa em causa é a mesma que assegura o serviço em Setúbal, pelo que questiona quantos idiomas os áudio guias vão disponibilizar. Presume que terá o português, o inglês e o espanhol, mas tem conhecimento que podem ir até 32 dialetos. Considera que essa questão é omissa na proposta e no protocolo, e considera que seria útil fechar essa questão.

A Autarquia vai produzir os conteúdos para os áudio guias pelo que sugere que, há semelhança de outras câmaras municipais, como por exemplo Tavira, esses conteúdos possam ser disponibilizados gratuitamente no *site* através de *download* para outros suportes.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que, em fase de arranque, os idiomas serão quatro: português, inglês, espanhol e francês.

Aproveita a ocasião para recordar o histórico da empresa em causa. A empresa foi criada por uma jovem desempregada que frequentou, há dois anos, um curso de formação de Empreendedorismo e *Coaching* que foi desenvolvido pela Autarquia em parceria com uma associação.

No seguimento desse curso foram criadas nove empresas, sendo esta uma delas. Há dois meses a esta parte, a empresa tem vindo a rubricar um conjunto de protocolos com as Autarquias de Setúbal e Sesimbra.

Daquilo que se conhece, este é um sistema inovador, porque sistemas idênticos existem para visitas a museus e espaços desse tipo, e não integram informação para visitas em rotas turísticas, algo que este sistema acrescenta. Portanto, existe também uma componente de novidade no projeto. Naturalmente que o Executivo congratula-se por disponibilizar um serviço de qualidade aos munícipes e a todos aqueles que nos visitam. A Autarquia tem vindo a trabalhar com a empresa no sentido da criação de rotas e dos respetivos conteúdos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** acrescenta que o negócio é muito bem pensado e faz votos para que consiga muitos mais municípios. Destaca que a relação direta entre a formação e a constituição do projeto é muito positiva e melhor ainda será passar, caso seja possível, de nove exemplos para noventa.

Conclui por questionar a duração da utilização face aos 3 € (três euros) que serão solicitados.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes quer intervir.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e vinte minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco